

PT 30 anos: democracia, socialismo, transformismo e o poder.

Gelsom Rozentino de Almeida¹

I. O PT e os desafios da classe trabalhadora

O Partido dos Trabalhadores, desde a sua fundação em fevereiro de 1980, incluiu a luta pela democracia e pelo socialismo no centro estratégico de seu projeto contra-hegemônico para o Brasil. Num duplo movimento, reconstruía a “Questão Nacional”, no sentido de exigir e propor um projeto nacional integrador e evidenciava que seu encaminhamento passaria necessariamente pela democracia e sua relação com o socialismo. Em retrospectiva temos elementos para concluir que o PT contribuiu para construir e consolidar a democracia no Brasil, bem como tornou o socialismo uma questão presente ao longo da década de 1980. Contudo, permaneceram ambiguidades como a concepção de democracia como um valor universal, com uma definição estratégica, coexistindo com a democracia como procedimento tático, adjetivada como burguesa ou proletária.

O Partido dos Trabalhadores, formado como resultado das lutas do novo sindicalismo e de diferentes setores contra a ditadura militar, representou a grande inovação do sistema político-partidário brasileiro. Indo além, o PT assumia um lugar único na política mundial, criticando as experiências socialistas existentes, a burocratização do Estado e do partido, o modelo econômico centralizado, as formas políticas autoritárias, etc. E, ao mesmo tempo, assumiria uma posição anti-capitalista, recusando trilhar os caminhos da social-democracia e do revisionismo, procurando construir um projeto de socialismo efetivamente democrático.

A década de oitenta foi marcada pela crise de hegemonia das classes dominantes no Brasil e da tentativa de construção de uma contra-hegemonia pelo bloco PT/CUT, onde o período da presidência de José Sarney representaria um governo onde a crise de hegemonia burguesa tornar-se-ia explícita, diferenciando-se de uma mera crise de governo ou “governabilidade”, patente na incapacidade dos grupos dominantes tornarem-se também dirigentes, na ausência de um projeto unificador dos interesses dos diferentes setores burgueses e na carência de legitimidade para a formação de um “consenso”. Todavia, essa crise não foi deflagrada apenas por uma derrocada interna ou decorreu da ausência de projetos dos grupos dominantes brasileiros, mas impulsionada pelo processo de transição política que teve de enfrentar a participação crescente e não prevista dos trabalhadores e da eclosão de uma crise

¹ Professor Associado do Programa de Pós Graduação em História Social da UERJ.

econômica de âmbito mundial, que atingiu especialmente a economia brasileira, em função das políticas econômicas então implementadas. O processo de elaboração da Constituição de 1988 representou o grande momento da disputa de hegemonia, através do confronto de um projeto liberal (anti-popular) e um projeto popular liderado pela CUT e o PT.²

Nesse contexto, a associação entre PT e CUT tentaria romper o bloqueio conservador e começaria a configurar-se como contra-hegemonia organizada. Impondo aos demais partidos e associações da sociedade civil uma tomada de posição, seria capaz de propor e definir as pautas/agendas das grandes questões nacionais, buscando a organização de setores díspares da população, com interesses difusos, a conquista de reformas de intenso significado histórico, político e social. O bloco PT/CUT enfrentava ainda a visão hegemônica internacional que considerava a solução dos problemas nacionais através de um “choque” com *mais* mercado, *mais* tecnologia, *mais* concorrência e *mais* eficácia. Esse posicionamento legitimaria a presença popular organizada no cenário político e seria identificado como uma séria ameaça ao bloco no poder.

Ao longo da década de oitenta o PT buscou manter a sua base classista de forma concomitante com a sua ampliação, mediante a constituição de um programa para o conjunto da sociedade. Esse processo não ocorreu de maneira linear e uniforme, sendo marcado por imprecisões, vacilações e contradições. O seu significado seria um desafio: a incorporação da democracia como elemento estratégico, e não meramente tático, para o projeto socialista do PT.

A estreita vinculação do surgimento do PT com o movimento sindical e os movimentos sociais em geral se refletiria na perspectiva programática de buscar o enraizamento do partido e de suas plataformas de ação junto à esses movimentos, às “massas”, às “bases”. Esse “basismo” seria o pilar de sua democracia interna e da sua visão estratégica sobre a ação institucional. O que era identificado por seus adversários como um “limite” era compreendido como a essência de sua vitalidade.

A conquista do socialismo e a construção de uma sociedade socialista no Brasil foram os principais objetivos estratégicos do PT no período estudado. De natureza diferente, porém com estreita relação de continuidade, distingue-se dois momentos estratégicos: o primeiro seria a tomada do poder político; o segundo, a construção da nova sociedade, com a eliminação dos resíduos do capitalismo. Para extinguir o capitalismo e iniciar a construção da sociedade socialista seria necessário, primeiramente, realizar uma mudança política radical; os trabalhadores precisariam transformar-se em classe

² ALMEIDA, Gelsom Rozentino de. *História de uma década quase perdida. PT, CUT, Crise e democracia no Brasil: 1979-1989*. Rio de Janeiro: Garamond, 2011.

hegemônica e dominante no poder de Estado, acabando com o domínio político exercido pela burguesia. A conquista do poder seria associada à tomada do Estado e a sua utilização pela classe trabalhadora (ou o seu partido), conforme o leninismo. Mas a construção do socialismo não seria realizada com a conquista do poder político, mas através da organização dos trabalhadores ainda na sociedade capitalista.

A estratégia petista para a construção do socialismo identificava *Reforma e Revolução* como complementares. Não se considerava a possibilidade imediata da revolução, mas não se descartava a sua necessidade durante o processo de conquista ou de consolidação do poder pelos trabalhadores. Para o partido, a estratégia de luta pelo socialismo não seria indicada por um modelo teórico pré-estabelecido e importado, mas através do *conhecimento* da realidade brasileira, objetivando responder com precisão questões relacionadas à identificação do inimigo ou inimigos principais, às alianças de classes (estratégicas) para derrotar tais inimigos, ao programa de transformações a ser implantado (que serviria de base à mobilização popular e às alianças), qual o papel e a força do Estado burguês, qual o grau de desenvolvimento da cultura política dos trabalhadores e o conhecimento das tendências do movimento de cada um desses aspectos e de sua resultante.

O projeto do PT para resolver a crise da perspectiva dos trabalhadores, como oposto do(s) projeto(s) da classe dominante, estava assentado na instauração de um governo democrático-popular, definido como antiimperialista, antimonopolista, contrário ao pagamento da dívida externa, comprometido com a reforma agrária e com o desenvolvimento sobre novas bases, no qual os trabalhadores detivessem a hegemonia e pudessem avançar em direção ao socialismo – mesmo que *ainda* no sistema capitalista.

O Partido dos Trabalhadores, após o abalo em suas convicções provocado pelos acontecimentos do Leste Europeu e URSS, e diante enfrentamento com a violenta ofensiva das classes dominantes no Brasil, manteria em seu programa o socialismo. Porém, o “socialismo petista” assumiria contornos cada vez mais fluidos para uns, sendo renegado por outros, e a democracia interna estaria sujeita a centralismos eventuais que se tornariam cada vez mais rotineiros.

II. No âmago do transformismo

Na “Carta ao Povo Brasileiro” em 2002 havia o entendimento de que “parcelas significativas do empresariado” estariam aderindo ao projeto petista. O PT ao mesmo tempo que rejeitava qualquer menção de continuísmo com o governo FHC, afirmava que a superação do modelo, reclamada enfaticamente pela sociedade, não se daria por um passe de mágica, de um dia para outro ou através de milagres. Seria obtido mediante a redução da vulnerabilidade externa pelo esforço conjugado de exportar mais e de criação de um amplo mercado interno de consumo de massas, da combinação do incremento da atividade econômica com políticas sociais consistentes e criativas e, sobretudo, das reformas estruturais que modernizem o país, tornando-o mais justo, eficiente e, ao mesmo tempo, mais competitivo no mercado internacional, destacando as reformas tributária (“que desonere a produção”), agrária (“que assegure a paz no campo”), previdenciária e trabalhista.

Para facilitar a compreensão do presente, após dois governos de Lula e meio de Dilma, cabe um breve recuo ao momento-chave da eleição presidencial de 1989. O programa econômico do PT na campanha de 1989 – na Frente Brasil Popular - era consciente dos limites impostos pela correlação de forças daquela conjuntura em que foi feito – favorável ao capital. Contudo, pretendia “democratizar” de tal forma a participação no mercado, sob a tutela do Estado e de uma lógica diversa, que até mesmo esse projeto “capitalista” seria visto naquele contexto como contrário aos interesses “dependentes e associados da burguesia no Brasil”.

A proposta petista era contra-hegemônica, pois considerava a necessidade de reformas dentro dos marcos do modo de produção capitalista, tendo como objetivo estratégico o socialismo. E mais: a implementação desse modelo alteraria as bases de sustentação política e econômica das classes dominantes embora, contraditoriamente, muitos de seus aspectos lhe fossem benéficos. Para o PT, entretanto, não se tratava de buscar parcerias na burguesia nacional, nem confiar em seu interesse no crescimento do mercado interno ou em seu caráter democrático ou anti-imperialista. Entendia o projeto burguês como associado ao capitalismo internacional e, portanto, em regra contrário ao desenvolvimento autônomo de um capitalismo de massas, que ampliasse o mercado de trabalho, o consumo e participação política. O PT representava a defesa de um projeto nacional, democrático, popular e público, quiçá socialista, contra a estratégia privatista, liberal-autoritária e internacionalista do capital.

Ainda que contendo ambiguidades e contradições, esse projeto crescia frente à inexistência de uma resposta (ou um projeto) com alguma capacidade de incorporação social por parte das classes dominantes no Brasil. O Partido dos Trabalhadores tornara-se uma ameaça, não porque se propusesse a

desmantelar o capitalismo ou a propriedade privada, mas porque, ao aglutinar forças diferentes, ao incorporar trabalhadores urbanos e rurais, oferecia uma alternativa política para o país.

Nas diferentes campanhas de 1994, 1998, até a vitória em 2002, o programa econômico foi cada vez mais se conformando à social-democracia e apresentando concessões ao capital. Não se tratava de *traição*, pois as mudanças foram feitas a vista de todos e gradualmente, movendo-se em direção ao centro, visando a conquista eleitoral, e não apenas com a chegada ao poder. Dessa maneira, como representante do *transformismo* da CUT e do PT e continuador da política de ajuste macroeconômico anterior, fica claro que, apesar de diferenças pontuais e mesmo que rejeite o rótulo “social-liberal”, em síntese o governo Lula foi continuador da política de ajuste macroeconômico anterior, consolidando o modelo neoliberal no Brasil sob a hegemonia do capital financeiro. Esse governo representaria uma nova fase, desde início dos anos 90, uma etapa superior, que corresponderia a duas modificações : 1) a modificações na correlação de forças no interior do bloco no poder : graças à elevação da posição relativa da burguesia interna voltada para a exportação (origem dos dólares que remuneram o capital financeiro); e 2) a modificações nas relações entre o bloco no poder e as massas populares : sua base social são os dos trabalhadores pauperizados e politicamente desorganizados.

De acordo com Eurelino Coelho, teria ocorrido um caso histórico de *transformismo*, conceito gramsciano que o autor aplica a análise do processo de abandono do marxismo como expressão de uma mudança de *concepção de mundo* de intelectuais do PT que se deslocaram no terreno da luta de classes. Esses intelectuais formam atualmente o bloco político conhecido como *campo majoritário* do PT. E teriam transformado o Partido dos Trabalhadores, ao longo dos anos noventa, na *esquerda do capital*.³

III. 10 anos de governo : o PT no poder?

A partir de 2003 e o início do Governo Lula, fica difícil dissociar os rumos do PT e do governo federal, bem como da sua principal liderança. Não obstante, é preciso reconhecer ainda a diversidade regional e local do partido, entre as suas tendências internas, bem como a sinceridade e combatividade de muitos de seus militantes.

Fica claro que, apesar de diferenças pontuais e mesmo que rejeite o rótulo “social-liberal”, em síntese o governo Lula foi continuador da política de ajuste macroeconômico anterior, consolidando o

³ COELHO, Eurelino. *Uma esquerda para o capital: o transformismo dos grupos dirigentes do PT (1979-1998)*. São Paulo/ Feira de Santana: UEFS/Xamã, 2012.

modelo neoliberal no Brasil sob a hegemonia do capital financeiro. Esse governo representaria uma nova fase, desde início dos anos 90, uma etapa superior, que corresponderia a duas modificações : 1) a modificações na correlação de forças no interior do bloco no poder : graças à elevação da posição relativa da burguesia interna voltada para a exportação (origem dos dólares que remuneram o capital financeiro); e 2) a modificações nas relações entre o bloco no poder e as massas populares : sua base social são os dos trabalhadores pauperizados e politicamente desorganizados.

O comando da economia foi entregue a Antonio Palocci, ex-prefeito de Ribeirão Preto (SP), coordenador da campanha de Lula e interlocutor com os setores empresariais, como Ministro da Fazenda (depois substituído por Guido Mantega), e Henrique Meirelles, executivo do setor financeiro (Bank Boston) e eleito deputado federal em 2002 (PSDB-GO), como Presidente do Banco Central. A gestão independente do BC manteve as taxas de juros básicas sempre entre as mais altas do mundo, resultando numa valorização expressiva do Real, mas manteve a inflação sob controle dentro do centro das metas de inflação estabelecidas pelo Comitê de Política Monetária.

A maior surpresa oferecida pelo governo Lula foi o seu projeto de contra-reforma da previdência social dos funcionários públicos, encaminhada em abril de 2003 para o Congresso Nacional e aprovada em dezembro do mesmo ano. Nele o governo retomava os principais pontos que haviam sido derrotados durante a reforma promovida por FHC, derrota imposta pela oposição liderada pelo PT. Seus principais pontos foram: o estabelecimento de um teto para a aposentadoria dos servidores, pondo fim ao direito à integralidade; e o início de procedimentos que visam a unificação entre o Regime Geral da Previdência Social, aplicado ao setor privado, e o dos funcionários públicos. Contrariando o princípio de reciprocidade, foi estabelecida a contribuição para os aposentados. Foi criado também um teto para a aposentadoria dos funcionários públicos e a previdência complementar. Esse teto pode ser interpretado como quebra do contrato de trabalho, pois romperia com a integralidade de salários percebidos na ativa.

Tendo a frente Frei Betto e Ivo Poletto (CPT), era integrado com diferentes reformas estruturais, onde a mais importante seria a reforma agrária, além de campanha de alfabetização e política de habitação popular. Era formado pelo cartão-alimentação, distribuição de cestas básicas, construção de restaurantes populares, bancos de alimentos, poços artesianos, compra direta de alimentos dos produtores, agricultura familiar e distribuição de leite. A diversidade de projetos esbarrou na dificuldade de articulação dos responsáveis pelas diferentes iniciativas. O Ministério de Segurança Alimentar, criado para este fim, foi fundido com o de Assistência Social ao final de 2003.

Nos anos noventa foram adotados diversos programas sociais com foco nos segmentos mais vulneráveis. Tais programas se originam de iniciativas locais, sobretudo no Distrito Federal e em municípios como Vitória (ES), Campinas e Ribeirão Preto (SP), objetivando combater a pobreza, sobretudo através da eliminação do trabalho infantil e do aumento do nível de escolaridade de crianças e adolescentes.

Influenciado por essas experiências, o governo FHC adotou, a partir de 2001, programas de transferência de renda para famílias pobres, como o Bolsa Escola, vinculado ao Ministério da Educação e o Bolsa Alimentação, do Ministério da Saúde. Tais programas consistiam na complementação de renda às famílias, que, em contrapartida, assumiam compromissos como a garantia de frequência escolar mínima das crianças atendidas e a participação em determinadas ações de saúde pública.

Apesar dos avanços obtidos na trajetória dos programas de transferência de renda na década de 1990, como uma estratégia de combate à fome e à pobreza, as ações governamentais nessa área foram ainda marcadas pela fragmentação e paralelismo. Ou seja, enquanto algumas famílias recebiam o Bolsa Escola e o Bolsa-Alimentação, outras famílias em igual condição de miséria não recebiam qualquer benefício - além da baixa cobertura e do frágil controle social.

Na tentativa de superar essas debilidades e consolidar uma estratégia nacional de transferência condicionada de renda, o Governo Federal instituiu, em outubro de 2003, o Programa Bolsa Família, reunindo quatro programas de transferência de renda anteriores - Bolsa Escola, Auxílio-Gás, Bolsa Alimentação e Cartão Alimentação - sob gestão unificada. A sua instituição objetivava melhorar a gestão e aumentar a efetividade do gasto social através da otimização e racionalização, ganhos de escala e facilidade da interlocução do Governo Federal com estados e municípios. Vinculou-se ao Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome, em 2004, mais especificamente à Secretaria Nacional de Renda de Cidadania e constitui uma das prioridades do Governo para a área social.

O Bolsa Família foi implementado rapidamente. Em dezembro de 2003, o Programa atendia 3,6 milhões de famílias, passando para 6,5 milhões no mesmo mês do ano seguinte e, em dezembro de 2005, atingiu um total de 8,7 milhões. No início de 2006, o PBF já atingia a meta prevista de 11,1 milhões de famílias atendidas, cerca de 47 milhões de brasileiros em 99,9% dos municípios.

Inspirado em ações da prefeitura de São Paulo, coordenadas por Márcio Porchmann na gestão Marta Suplicy, o ambicioso Programa Primeiro Emprego procurava atender o segmento social mais vulnerável ao desemprego, composto por jovens entre 16 e 24 anos (taxa de 50% de desemprego nas capitais). O programa oferecia contrapartidas as empresas que oferecessem vagas para os jovens e

deveria criar 260 mil vagas por ano, mas ao longo do primeiro mandato criou apenas 15 mil. Em 2008, já no segundo mandato, foi extinto, sendo substituído por um projeto mais abrangente, o PROJOVEM.

O Programa Nacional de Inclusão do Jovem - que tem as variantes Urbano, Campo, Trabalhador, Prisional - tem como finalidade primeira proporcionar formação integral aos jovens tendo como finalidades específicas: a re-inserção dos jovens no processo de escolarização; a identificação de oportunidades potenciais de trabalho e a capacitação dos jovens para o mundo do trabalho; a participação dos jovens em ações coletivas de interesse público; a inclusão digital como instrumento de inserção produtiva e de comunicação; a ampliação do acesso dos jovens à cultura.

As metas da Reforma Agrária, se já não eram ambiciosas no programa de governo, ficaram longe de serem cumpridas. Para 2003, dos 60 mil assentamentos previstos, foram efetivados 36,8 mil, segundo o próprio INCRA. Todavia, mesmo que aquém do esperado pelo MST e outros movimentos sociais, o governo Lula assentou ao longo dos seus dois mandatos cerca de 520 mil famílias. Como comparação, da década de 1960 até 1994 foram incorporados 16.457.480 ha por diferentes governos em assentamentos. Nos dois governos FHC foram 18.748.773 ha. Sem contar ainda com o último ano, nos governos Lula foram distribuídos 46.673.194 ha.

Dentre as inúmeras iniciativas, projetos e programas do governo petista, cabe destacar a criação do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social e do Fórum Nacional do Trabalho teria como objetivo a conciliação de interesses classistas e a promoção da colaboração de classes através da mediação e coordenação do Estado. Na bancada de representantes do empresariado, dividida igualmente entre todas as confederações, sobressairia a representação dos interesses do capital financeiro, consolidando também nesse fórum a sua hegemonia. O PT e a CUT, constituídos na luta contra a ditadura, articulando o binômio negociação e confronto e representando o principal bloco de resistência ao processo de arrocho salarial e implantação do Consenso de Washington na década de 1980, de oposição à *flexibilização e desregulamentação* da legislação trabalhista e da defesa dos direitos constitucionais no início da década de 1990, teria formulado a proposta do FNT acreditando nas teses de um desenvolvimentismo nacional, tendo como interlocutores o Estado e organizações empresariais. As propostas de reforma sindical e trabalhista já constavam dos programas da CUT e do PT ao longo dos anos 90 e eram apresentadas como demandas históricas dos trabalhadores, sobretudo dos setores *modernos*, sob influência liberal, e vistas como conciliáveis com o capital. O FNT representaria um pacto social na busca do desenvolvimento, entendido dentro dos limites do crescimento econômico capitalista, representando este um “consenso” para a sociedade, como se fosse possível uma conciliação

de interesses estratégicos de diferentes classes e frações de classe.⁴

O escândalo do “mensalão” foi a crise de maior repercussão do primeiro governo Lula. O estopim da crise ocorreu em maio de 2005, quando um funcionário dos Correios, Maurício Marinho, foi flagrado recebendo propina de empresários. Apadrinhado do então deputado federal Roberto Jefferson (PTB-RJ), Marinho passou a ser alvo de investigações. E Jefferson foi acusado de fazer parte do esquema de corrupção dos Correios. Abandonado pelo governo e se sentindo acuado, Jefferson concedeu uma entrevista em junho de 2005 denunciando a compra de votos dos parlamentares no Congresso Nacional. O esquema consistiria em pagar regularmente aos deputados aliados com uma quantia em dinheiro – de acordo com Jefferson, R\$ 30 mil por mês – para que eles aprovassem as matérias em tramitação no Congresso que fossem a favor do governo Lula. Os pagamentos seriam realizados pelo tesoureiro do PT, Delúbio Soares. Outro operador era o empresário Marcos Valério de Souza. Proprietário de duas agências de publicidade, a SMP&B e a DNA Propaganda, que receberia depósitos destinados ao PT, o que serviria de fachada para ocultar doações irregulares de campanha eleitoral.

No auge do escândalo, foi instalada a CPI do Mensalão, que terminou sem que o relatório final do caso fosse votado. Além disso, descobriu-se que o esquema seria uma reprodução ampliada de um semelhante utilizado pelo PSDB mineiro. O escândalo derrubou o então ministro-chefe da Casa Civil, José Dirceu, o presidente do PT, José Genoíno, Delúbio Soares e outros assessores do PT. O caso foi amplamente explorado pela oposição e pela grande mídia, com forte pressão sobre o STF até o julgamento em 2012, já no governo Dilma e a condenação a penas inclusive de prisão para os principais acusados.

A eleição presidencial de 2006, que parecia se encaminhar para uma reeleição tranquila para o presidente, tornou-se bastante acirrada. A oposição apresentou três candidaturas: Geraldo Alckmin (PSDB), Antony Garotinho (PSB) e Heloísa Helena (PSOL). O eleitor de classe média, parte significativa do eleitorado petista, sob o impacto das denúncias, migra em boa parte para essas candidaturas. Passam para o segundo turno Lula e Alckmin.

Mais uma vez os grandes conglomerados que controlam os meios de comunicação adotaram uma postura extremamente crítica ao governo e favorável a oposição, contribuindo para a definição do voto da classe média. A distribuição dos votos por renda mostra a intensa polarização social por ocasião do

⁴ ALMEIDA, Gelsom Rozentino de e LOURENÇO NETO, Sydenham. *Estado, Hegemonia e Luta de Classes: interesses organizados no Brasil recente*. Bauru (SP): Canal 6, 2012.

pleito de 2006. Pela primeira vez, não só os trabalhadores organizados mas, sobretudo, a grande massa desorganizada tinha fechado com o PT, antes forte na classe média, numa inversão que define o realinhamento iniciado quatro anos antes. Além disso, o resultado do segundo turno também expressou uma forte regionalização.

O segundo mandato de Lula contou com uma articulação política ainda mais ampla e estável no Congresso Nacional, tendo como base a aliança com o PMDB. Esse governo foi marcado pelo prosseguimento da política econômica, com redução mais acelerada da taxa básica de juros, do crescimento mais acelerado do PIB, do aumento mais significativo do salário mínimo acima da inflação, da geração de um maior número de empregos, da distribuição e do aumento da renda da maioria da população. De forma mais nítida assumia uma posição *desenvolvimentista*. Além disso, exercitou sua musculatura nas relações internacionais, através de uma postura independente e maior protagonismo na ONU, nos fóruns e organismos internacionais, bem como na tentativa de mediação de conflitos, sobretudo palestino-israelense e EUA-Irã, ao mesmo tempo em que aprofundou as relações no Mercosul e as estendeu ao subcontinente e efetivou o eixo global Sul-Sul, com parcerias com África do Sul, Índia e, principalmente, a China. Foi bem sucedido na articulação e patrocínio da candidatura brasileira para sediar a Copa do Mundo de Futebol em 2014 e os Jogos Olímpicos do Rio de Janeiro em 2016. Se, politicamente, o governo Lula foi caracterizado pela busca da conciliação de interesses classistas, não só entre capital e trabalho, mas entre frações da burguesia, economicamente apresentou escolhas políticas que mantiveram a hegemonia do capital financeiro, a gigantesca remuneração a esse setor através dos juros, ao mesmo tempo que ampliou o mercado interno, incorporando cerca de 50 milhões de pessoas (que deixaram a pobreza absoluta), e cerca de 20 milhões numa nova “classe média baixa” – tornando o país um “mercado de classe média”. O comércio exterior mais que dobrou no período, sendo que os setores agropecuários e de mineração se destacaram, implicando numa diminuição relativa da exportação de produtos de maior valor agregado.

O ocorreu uma intensificação do processo de modernização de grande parte da indústria e de concentração de capitais, tornando a economia cada vez mais oligopolizada. Mas a *novidade* é que parte dos grandes conglomerados nacionais tornaram-se “multinacionais brasileiras” e “empresas globais”, disputando o mercado continental ou mundial, com importantes investimentos, ativos e aquisições no exterior, como os bancos Itaú e Bradesco, a Brasil Foods (oriunda da fusão da Sadia com a Perdigão), a Inbev (fusão da brasileira Ambev com a belga Interbrew), a Embraer, e a Vale. Esse processo assinala o ingresso do Brasil no rol das potências imperialistas, um *imperialismo tardio*, ainda que numa posição

inferior ao que o governo gostaria, mas com maior autonomia do que seus críticos admitem.

A crise financeira mundial, iniciada em 2008, interrompeu o ciclo ascendente de produção e consumo. Contando com um mercado interno aquecido, capaz de contrabalançar o impacto da crise no comércio exterior. A ideia, difundida pelo presidente, de que a população podia comprar sem medo de quebrar, ajudou a conter o que poderia ser um choque recessivo e a relançar a economia rapidamente em nova fase de crescimento. Foi lançado em 2007 um amplo e ambicioso programa, o PAC - Programa de Aceleração do Crescimento, que visa estimular o crescimento da economia brasileira, através do investimento em obras de infraestrutura (portos, rodovias, aeroportos, redes de esgoto, geração de energia, hidrovias, ferrovias, etc). Em 2009 foram anunciados R\$142 bilhões em investimentos.

As principais políticas utilizadas foram a ampliação do crédito consignado, da desoneração fiscal estratégica, como a do IPI sobre os automóveis e os eletrodomésticos da linha branca, o papel dos bancos públicos - em particular o do BNDES - na sustentação das empresas aumentou a capacidade do Estado para conduzir a economia.

Não houve nenhuma contradição entre o desenvolvimento da política econômica do governo Lula, voltada para o grande capital, em particular o capital-imperialismo⁵, e a realização de programas de transferência de renda, direcionados às parcelas mais pobres da população, tal como o Bolsa Família. Desde o início ficou evidente a busca de um governo “para todos”, buscando a conciliação de interesses de classes e frações, além da incorporação dos setores desorganizados em sua base política. O fato de grande parcela ter sido retirada da pobreza absoluta não significou a eliminação dos fatores determinantes da pobreza, nem impediria a sua reprodução. E mais: a expansão do mercado interno com a incorporação de milhões significou a ampliação e consolidação de valores conservadores relacionados ao consumo, a propriedade privada, ao mercado. Ocorreu pois, um aprofundamento do capitalismo no Brasil.

Acentua-se no Governo Lula o processo político de acomodação da nova elite política ao sistema político; de cooptação dos dirigentes partidários, sindicais e populares pelo governo e seu alojamento na estrutura burocrática do Estado; de aceitação da elite sindical do modelo neoliberal. Dessa forma, impede-se a superação do modelo, desmobiliza-se o movimento sindical e os movimentos sociais, com graves conseqüências para a esquerda. Pode-se pensar na constituição de uma classe detentora, que dominaria os altos postos da burocracia, mas que teria pouca ou nenhuma influência

⁵ FONTES, Virgínia, *O Brasil e o capital-imperialismo. Teoria e História*. Rio de Janeiro: EPSJV/Editora UFRJ, 2010.

sobre o conteúdo e a direção da política econômica e social.

Lula manteve a ampla articulação política e, ancorado em ampla aprovação popular e em vigoroso crescimento econômico (7,5% a.a.) logrou a eleição de sua sucessora em 2010, Dilma Rousseff. O governo Dilma representa uma clara continuidade com o governo Lula, embora a presidente careça de seu carisma e capacidade política e tente enfatizar a sua “eficiência” administrativa.

Em 2011 foi lançada a segunda fase do programa pelo governo Dilma. O PAC 2, com os mesmos objetivos do anterior, teve aporte de novos recursos, aumentando a parceria com estados e municípios. Entre os anos de 2011 e 2014, o governo espera fazer investimentos, através do PAC 2, da ordem de R\$ 955 bilhões. Estes investimentos objetivam aumentar o nível de emprego no país, melhorar a infraestrutura e garantir o desenvolvimento econômico em todas as regiões do Brasil. A sua “menina dos olhos” é o programa “Minha Casa, Minha Vida”. Mas grande parte desses recursos permanecem contingenciados, sem sair do papel. O país vive um período de pleno emprego, de aceleração da inflação e incertezas políticas. O modelo de desenvolvimento parece encontrar seus limites, senão esgotamento, com a taxa de crescimento caindo para 2,7% do PIB em 2011 e patinando em 1% em 2012, numa conjuntura econômica internacional menos favorável. Entre marchas e contramarchas, tem indicado a retomada do processo de privatização, com as concessões de aeroportos. Ao mesmo tempo que amplia o protecionismo e o subsídios aos produtos industrializados, conforme os interesses da FIESP.

O governo tem enfrentado maiores disputas internas na própria base aliada, por disputa de espaço e interesses, que podem resultar na divisão do grande arco de alianças para 2014. Cresce a insatisfação com os gastos astronômicos com estádios em detrimento de infraestrutura, transporte, educação e saúde pública. Diante do crescimento do descontentamento e manifestações populares, das lutas ainda em aberto nas ruas, o que fará o governo Dilma, o que fará o PT?

Conclusão

O PT definia a democracia como uma conquista, resultado de uma série de vitórias dos trabalhadores sobre a burguesia. Todavia, historicamente, a construção da democracia não foi realizada somente a partir de vitórias da classe operária, mas também de derrotas de projetos revolucionários do proletariado. E é no sentido de uma defesa radical da democracia que o PT surgiu e se consolidou na disputa político-cultural da sociedade contrapondo os valores e ideais do socialismo aos do capitalismo, objetivando construir uma alternativa de poder democrática e socialista. Mesmo que o “socialismo

petista” tenha se tornado cada vez mais flexível. Ou menos socialismo... Em síntese, em 30 anos de história do PT, algumas das vitórias do partido resultaram na derrota dos interesses históricos dos trabalhadores e socialismo no Brasil. Mas a história não acabou.